



# Suplemento Cultural

Coordenador  
Guido Arturo Palomba

Nº 41

DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MEDICINA

## Costa Júnior e a sua preciosa doação

**A**fter frequentado o Jardim da Infância do ex-Colégio Des Oiseaux, de São Paulo, e o Colégio Burlamaqui, do Rio de Janeiro, matriculou-se no Externato Elvira Brandão, desta Capital, transferindo-se, mais tarde, para o tradicional Colégio São Luís, no qual fez os cursos preliminares e ginásial, tendo terminado os estudos básicos em 1925, com apenas quinze anos de idade. Nesse Colégio submeteu-se a vários concursos, tendo recebido prêmios de Química, Física, Religião e História Natural.

Impossibilitado, por falta de idade, de prestar exame vestibular na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, frequentou o curso de Filosofia do Colégio São Luís, no ano de 1926.

Como vigorasse, no ensino secundário daquela época, o regime de exames finais parcelados em ginásios oficiais, submeteu-se a essas provas no então Ginásio do Estado, desta Capital, obtendo os devidos certificados de aprovação (Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, Cosmografia, História do Brasil, História Universal, Física, Química e História Natural), que foram entregues à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por ocasião da sua inscrição para prestar os exames vestibulares.

Em princípios de 1927, já tendo atingido a idade mínima exigida, submeteu-se ao exame de admissão na referida Faculdade, conseguindo a média 8,66, a segunda na ordem de classificação, naquele ano.

Matriculou-se, então, no 1.º ano, tendo cursado todas as séries na mesma Faculdade e obtendo as necessárias aprovações.

Em janeiro de 1933, defendeu tese de doutoramento sobre assunto de Medicina Legal, cujo título foi: "Contribuição para o Estudo das Linhas Brancas Dactiloscópicas e do Seu Valor na Identificação", sendo aprovado com distinção. Devido aos acontecimen-

A Biblioteca da Memória Histórica da Associação Paulista de Medicina recebeu este mês valiosíssima doação de livros raros, raríssimos, do ilustre médico professor João Baptista de Oliveira e Costa Júnior.

Entre os exemplares recebidos, os quais poderão ser consultados pelos interessados, encontra-se preciosa coleção de livros de Medicina Legal, cujo acervo levou mais de sessenta anos para ser reunido.

Entre as obras temos as seguintes: *Gula Médico Legal, de Lacassagne (1899); Manual de Medicina Legal, de Adriano Xavier Lopes Vieira (1900); Ensaio Médico Legal, de Sôrano de Souza (1870); Instituições da Medicina Forense, de José Ferreira Berges (1840); Manual Completo de Medicina Legal, de Sedillot (1855); Psiquiatria Civil e Penal, de Ray Maya (1931); e ainda as obras de Brouardel, Morel, Lombroso, Garofalo, Leonce Verne, Flomus-Guelph, Coutagney, Briand, Nina Rodrigues, Bergson etc.*

Dentre as obras recebidas damos destaque especial a duas: *Oeuvres Complètes d' Ambroise Paré*, 1890, verdadeira raridade, que traz o primeiro trabalho médico-legal do mundo (Os relatórios), e estoura de valor inestimável. *Quaestiones Medico-Legalium*, de Pauli Zucchini, em três volumes, as que se sabe são os únicos que existem no Brasil, de 1736. Esta obra foi presenteada ao professor Costa Júnior pelos padres Carmelitas Descalços da Igreja de Santa Teresinha, cuja matriz fica em Roma, onde a obra foi adquirida.

João Baptista de Oliveira e Costa Júnior é a grande glória médica, não só no campo da Medicina como também do Direito.



O professor João Baptista de Oliveira e Costa Júnior

Guido Arturo Palomba

tos políticos da época, consequentes à Revolução Constitucionalista, somente em maio do mesmo ano colou grau, juntamente com seus colegas de turma.

Participou dessa Revolução, em 1932, tendo sido incorporado ao Corpo de Saúde do 8.º Batalhão da Força Pública do Estado de São Paulo, no setor sul, em Itararé.

Em abril de 1934, submeteu-se, com mais 27 candidatos, a concurs para o preenchimento de cargo (4 vagas) de médico legista da Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada, naquela ocasião, à Secretaria da Justiça, tendo sido aprovado e classificado com a média 97,75. A comissão examinadora desse concurso foi integrada pelos professores Antonio Almeida Júnior, José Soares de Mello, Flaminio Fávero, André Teixeira Lima (diretor do Manicômio Judiciário) e pelo dr. Francisco Marcondes Machado (diretor do Serviço Médico Legal). Em vista da sua classificação, foi nomeado médico legista regional de Casa Branca, em 8 de maio de 1934. Desempenhou esse cargo até setembro de 1941, data em que foi promovido para o Gabinete Médico Legal da Capital do Estado, de acordo com o dispositivo do artigo 37 do Regulamento do Serviço Médico Legal do Estado, que dava preferência, nas promoções, aos médicos regionais nomeados após concurso.

Esteve no exercício de seu cargo até 13 de ju-

nho de 1956, quando se aposentou, favorecido que foi pela chamada lei do quinto para contagem do tempo de serviço. Tanto em Casa Branca, como nesta Capital, realizou grande número de perícias civis e criminais (mais de 10 mil perícias).

Em São Paulo foi, no ano de 1942, nomeado assistente extranumerário da cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo exercido essas funções, ministrado cursos práticos e teórico-práticos tanto de clínica médico-legal como de biotipologia forense.

Em 1945, prestou concurso à livre-docência de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovado unanimemente pelos membros da comissão julgadora. Apresentou, nessa ocasião, a monografia intitulada "Contribuição para o Estudo da Histologia do Hímen e Seu Valor Médico Legal". Depois desse concurso, foi incumbido de parte do curso teórico da mesma cadeira.

Em 1946, freqüentou o Curso de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão sobre Elektroencefalografia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Em 1949 foi nomeado professor catedrático de Medicina Legal da Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atividade docente essa que exerceu sem interrupção até a sua aposentadoria em 1975.

Em 1950 foi convidado pelo grão-chanceler da Pontifícia Universidade Católica para integrar a Comissão de Seleção de Professores da Novel Faculdade de Medicina de Sorocaba, tendo anteriormente sido indicado para professor de Medicina Legal dessa Faculdade, indicação essa aprovada pelo Conselho do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura dos Estados Unidos do Brasil. Exerceu essa função até março de 1963.

Em 1955 foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina de Sorocaba, cargo que exerceu durante nove anos, sendo reconduzido nessa função por dois períodos consecutivos.

Em 1951 foi indicado para reger a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Campinas, tendo a sua indicação sido aprovada pelo Conselho Superior de Educação do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, atividade essa que exerceu de março de 1957 a março de 1963.

Em 1959 prestou concurso à livre-docência de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, tendo sido também aprovado unanimemente pelos membros da Comissão Julgadora. O título da monografia defendida nessa ocasião foi: "A Tubercolose Pulmonar e o Acidente do Trabalho".

Nesse mesmo ano foi eleito conselheiro do Conselho Regional de

Medicina do Estado de São Paulo (Tribunal de Ética Médica) para o exercício de cinco anos.

Em 1962, com a criação da Ordem dos Médicos Legistas do Brasil, foi considerado sócio-fundador e eleito seu secretário-geral. Nesse mesmo ano, em 8 de junho, como livre-docente, passou a reger a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, vaga com a aposentadoria compulsória do seu titular, o professor Antônio Almeida Júnior.

Em maio de 1963, após concurso, assumiu a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, cargo que exerceu até abril de 1980, quando foi aposentado compulsoriamente, por limite de idade.

Além dessas atividades, exerceu também encargos de relevância na Administração Universitária, tais como: membro do Conselho Universitário da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, do Conselho Técnico Administrativo das Faculdades Paulistas de Direito e de Medicina de Sorocaba.

Foi vice-diretor e encarregado do período noturno da Faculdade de Direito da USP, eleito pela Congregação dessa Faculdade, no período de 13 de janeiro de 1975 a 11 de agosto de 1978, tendo também substituído o diretor várias vezes.

Foi, também, membro do Conselho Técnico Administrativo da Faculda-

de de Direito da USP. Foi membro reeleito da Comissão de Ensino e Recursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E organizou, ainda, o museu, o laboratório, o arquivo, a documentação científica e o material didático da cadeira de Medicina Legal da Faculdade Paulista de Direito, colocando entre as mais bem instaladas no Brasil, a qual possui preciosas coleções de slides, fotografias e peças para demonstração em aulas teóricas e práticas. Participou também de várias bancas de concursos em São Paulo e em outros Estados do Brasil.

Publicou inúmeros trabalhos, abordando temas os mais variados da Medicina Legal, além da conhecidíssima obra "Lições de Medicina Legal", em co-autoria com o prof. A. de Almeida Júnior, 614 páginas, atualmente na 19.ª edição, 1967, e ainda noventa e seis verbetes sobre Medicina Legal, para a Encyclopédia Saraiva de Direito, Ed. Saraiva, 78 volumes, de 1977 a 1982.

O professor Costa Júnior pertence a inúmeras sociedades científicas e culturais, brasileiras e internacionais, havendo também recebido grande número de honrarias, entre elas as de professor emérito da Faculdade de Direito da USP, medalhas Nina Rodrigues, Oscar Freire, Anchieta, Cardeal Arcebispo de São Paulo e Alcântara Machado, diploma de Gratidão da Cidade de São Paulo, comenda da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, e título de Grande Mérito Acadêmico, outorgado pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto etc.

A Associação Paulista de Medicina agradece ao querido mestre João Baptista de Oliveira e Costa Júnior pela valiosíssima doação. Possa ela iluminar as gerações vindouras, não só com o conteúdo precioso que os livros albergam, como também com a aura mágica que os impregna, pois são pertenças do ilustre, brilhante e honrado professor Costa Júnior, glória maior da Medicina Legal paulista e brasileira.

DEZEMBRO DE 1989

**U**n estudo a fundo, de caráter crítico, analítico e interpretativo dos títulos nobiliárquicos brasileiros ainda está por se fazer. Aflorei o assunto em "Os barões do café em Campinas" e em "Nobreza Imperial Paulista (em Campinas)", uma reduzida parte do muito que existe. A bibliografia disponível é exigüa e de modo geral o tema é versado pela rama, limitando-se a simples descrição enumerativa. A obra pioneira do barão de Vasconcelos, "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", merece uma nova edição revista e aumentada. A propósito, sei que o desembargador Vasco Joaquim Smith de Vasconcelos, filho do barão, e já falecido, por sinal meu tio afim, por haver casado em primeiras núpcias com uma irmã de meu pai, preparou a reedição coadjuvada pelo heraldista Fausto Braga de Meneses. Os originais estavam prontos quando se deu o falecimento repentina deste último, em abril de 1983. Ao procurar reaver os originais, a viúva do desembargador Smith de Vasconcelos soube pelos familiares de Braga de Meneses que não sómente o manuscrito, como muitas obras raras de genealogia e heraldica e ainda um Armorial brasileiro,

terminado, haviam desaparecido. É bem possível que em futuro próximo surja nas livrarias uma reedição pirata, clandestina, da referida obra, com o mesmo título ou outro semelhante. E se ainda não apareceu, é porque se trata de publicação de alto preço, suscetível de provocar processo judicial de busca e apreensão. Acrescento, sobre a questão de autoria do "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", uma informação de interesse que me foi dada oralmente por Vasco Smith de Vasconcelos. Quem pesquisou e escreveu todo o livro foi o barão de Vasconcelos. E quem custeou a edição, em Lausanne, na Suíça, em 1918, foi o filho, que portava o título paterno de barão Smith de Vasconcelos. Em agradecimento, o pai deu-lhe a co-autoria.

Outro autor, Laurénio Lago, inseriu no "Anuário do Museu Imperial" um bem alentado trabalho intitulado "Acréscimo e Retificações ao Arquivo Nobiliárquico". Ali procedeu-se ao arrolamento dos agraciados, tal como aparece no volume do barão de Vasconcelos, com os referidos acréscimos e retificações. Luís Gastão d'Escragnolle Dória, ainda no referido "Anuário do Museu Imperial", em uma "Relação dos Baronatos", apenas enunciou, com as datas, os títulos de barão concedidos no Brasil, de 1808 (por D João VI) até 1886. Relação incompleta e falha em numerosos dados. Assim, por exemplo, quando cita o primeiro barão de Pati do Alferes, que depois foi visconde de Lorena e marquês de Japoreguá, dá-lhe como último sobrenome o de "Barbe

# O visconde d que nãd

do", quando o nome completo e certo é Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda. Por sinal que este foi o único titular do Império a possuir designações diferentes para as três mercês que recebeu. Duas, alguns tiveram, como o visconde de Alavarenga, que anteriormente fora barão de São Salvador de Campos. Mas o costume generalizado foi o monarca reinando agraciar em vários graus com a mesma designação, a exemplo do sucedido a Luís Alves de Lima e Silva, que foi barão, conde, marquês e duque de Caxias, ou ainda a exemplo do marquês de Três Rios, que principiou como barão e passou a visconde e conde, e, finalmente, a marquês, sempre de Três Rios. Quanto a Caxias, o barão de Vasconcelos errou ao atribuir-lhe o título de visconde, que nunca recebeu.

Salvador de Moya, um incansável genealogista, em números de seu "Anuário Genealógico Brasileiro", e também em sua "Revista Genealógica Brasileira", citou os titulares brasileiros. Omitiu alguns, suprimiu de outros os primeiros títulos recebidos e as datas de concessão. Dedicou-se, principalmente, a apresentar a descendência de quase todos os citados. Anteriormente, Moya estampara na "Revista do Arquivo (municipal)", o "elenco dos titulares do Império", alinhando-os por ordem alfabética de títulos, de famílias e do lugar de nascimento. Simplesmente, Carlos Grandmason Rheinhardt publicou "Titulares do Império", onde relacionou

do Império, onde relacionou os títulos e os titulares, de acordo com as cartas de mercé conservadas no Arquivo Nacional. De passagem diga-se que os títulos eram concedidos não através de "decretos", mas de "cartas de mercés". Em ordem alfabética para o título e para o sobrenome do titular, Rheingantz agrupou as mercés, hierarquizando-as de duque a barão e classificando-as em trinta e dois grupos, segundo o recebimento direto ou por elevação (de barão a visconde, etc.), e ainda segundo a concessão, ou não, das honras de grandeza. Referiu que so-

maram 1.211 os títulos concedidos a 986 agraciados, ficando a diferença de 225 por conta dos que obtiveram mais de um título. Ajuntou-se segundo a naturalidade, estado por estado, e os nascidos no estrangeiro, e também pela designação ono-

mástica (títulos com os nomes próprios, ou de família) e cognomástica (títulos de radical idêntico, como Santa Clara, Santa Eulália, ou São Clemente, São Marcelino, etc.). Informou sobre algumas particularidades de parentesco, e finalizou o livro, que é de 121 páginas, apontando erros no "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", do barão de Vasconcelos, e apresentando a correção. A obra de Carlos Rheingantz, como se vê, não ficou na simples enumeração. É de natureza analítica e recomendável.

Publicaram-se no Brasil alguns trabalhos sobre nobreza, de cunho regional, restrito, geralmente de feição enumerativa e de caráter genealógico. Em um deles, o "Nobilíario Sul-Riograndense", Porto Alegre, 1937, de autoria de Mário Teixeira de Carvalho, Carlos Rheingantz encontrou uma "torpe mistificação", ou seja, a inclusão de um "Visconde do Serro Azul", que jamais existiu. Alguns trapaceiros levou o autor do "Nobilíario" a erro, arrolando João Antônio Martino como agraciado por D Pedro II (no "Jornal Brasileiro de Cultura", Julho de 1983). Houve, isso sim, o barão do Serro Azul, Ildefonso Pereira Correia, o paraense vítima, em 1894, da truculência do famigerado coronel Antônio Moreira César, que, por sua vez, teve também um fim trágico. Foi morto ao atacar os sertanejos do Antônio Conselheiro, em Canudos.

Publicaram-se ainda: "Nobilarquia do Triângulo Mineiro", Uberaba, 1937, de autoria de Hildebrando de Araújo Fontes, "Titulares pernambucanos", in "Anuário do Museu Imperial", VIII: 39-56 e XI: 75-95, Petrópolis, 1947 e 1950, com separata, da Guilherme Auler, "Nobilarquia fluminense", 1947, de Antônio Joaquim Macedo Soares, "Nobilarquia Brasileira - Titulares do sexo feminino", memória ao IV Congresso de História Nacional (1949), Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1949, de autoria de Laurencio Lago.

O visconde de São Paulo, motivo desta dissertação não existiu. E não existiu porque o agraciado não quis aceitar o título. Recusou a honraria. Foi ele o chefe do Partido Conservador em São Paulo, então senador do Império e ministro dos Estran-

geiros, o conselheiro Antônio da Silva Prado Nascido em São Paulo a 25 de 1840 e falecido no Rio de Janeiro, onde passara a residir no fim da vida, por questão de clima, a 23 de 1929, descendente da família paulista bem conhecida e de largas posses. Filho do fazendeiro e bacharel em direito, Martinho da Silva Prado, e de Veridiana Valéria da Silva Prado, senhora de projeção na sociedade paulistana, até hoje relembrada na tradicional "Rua Dona Veridiana". Neto materno do barão de Iguaçu, teve como irmão o escritor Eduardo da Silva Prado, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e autor de "A Ilusão Americana" (1893), cuja primeira edição foi apreendida pelo governo do marechal Floriano Peixoto.

Antônio Prado estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e bachelhou-se em 1861 na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi delegado de polícia, vereador e presidente da Câmara Municipal de São Paulo, deputado provincial e presidente da Assembleia Provincial (1888), deputado geral por São Paulo, senador do Império, conselheiro do imperador, ministro da Agricultura e Ministro dos Estrangeiros. Proclamada a República, a ele deu a sua adesão como chefe do Partido Conservador de São Paulo, assinando com o chefe do Partido Liberal, Augusto de Sousa Queirós, o manifesto de 18 de novembro de 1889, em o qual os partidos monárquicos aceitavam a queda do Império e aderiram à República. Incluído na chapa oficial formada por republicanos e conservadores, com a exclusão dos antigos liberais, a 15 de 1890 foi eleito deputado federal constituinte por São Paulo. Diz-se que não tomou posse, e o fato é que desinteressou-se do mandato e viajou para a Europa onde esteve uma larga temporada, sendo então nomeado pelo governo do marechal Deodoro da Fonseca, superintendente do Serviço de Imigração na Europa. Retornando ao Brasil, dedicou-se a atividades particulares e somente em 1899 voltou a exercer mandato político. Eleito vereador nesse ano à Câmara Municipal paulista, logo a seguir assumiu o cargo de prefeito de São Paulo, exercendo-o sempre reeleito, até 1910, ou seja, por onze anos seguidos. Foi o remodelador da cidade. Abruiu

ruas, alargou o antigo pátio do Rosário, hoje praça Antônio Prado, substituiu o gás pela luz elétrica na iluminação pública, e os bondes de tração animal pelos elétricos. Para tanto trouxe para a cidade a "São Paulo Tramway Light & Power Co.", que proporcionou eficiente transporte coletivo. Lançou em 1903 os alicerces do Teatro Municipal de São Paulo, cuja construção apenas em 1911 viria a se completar.

Novamente afastou-se da vida pública, até que em 24.2.1928, em sua residência em São Paulo, Chácara do Carvalho, fundou com outros próceres o Partido Democrático de São Paulo.

Dotado de extraordinária capacidade administrativa, dedicou-se a empreendimentos jornalísticos, bancários, industriais e agrícolas. Ele que disseira: "Na imobilidade de que não desço estar" e "eu gosto de estar sempre no perigo", foi um criador de empresas. Redator em São Paulo de "O Constitucional" (1861), fundou, juntamente com Rodrigo Augusto da Silva e Manuel Dutra Rodrigues, outro jornal bimensual como o anterior, "O País", órgão conservador. Por muitos anos, a partir de 1882, foi diretor e proprietário do "Correio Paulistano". Presidente da Caixa Económica Imperial (1876) por 35 anos, de 1892 até 1927, pre-

anos, de 1894 a 1902, e  
sidiu à Companhia Paulista  
de Estradas de Ferro. Foi  
um dos fundadores do Jó-  
quei Clube de São Paulo, do  
Velódromo Paulista, do Au-  
tomóvel Clube de São Paulo,  
do Balneário de Guarujá e do  
Frigorífico de Barretos. Na  
capital paulista, foi  
presidente-proprietário do  
Curtume da Água Branca,  
da Vitraria Santa Marina,  
em seu tempo a maior fábrica  
de garrafas, no Brasil, da  
Companhia exportadora  
Prado Chaves, fundador e  
presidente, de 1889 a 1920,  
do Banco Comércio e Indús-  
tria (atual Comind), arren-  
datário do Teatro São José  
para temporada de óperas;  
presidente da Associação Co-  
mercial e Agrícola de São  
Paulo e da Sociedade Prote-  
tora da Imigração. Possuiu  
as propriedades agrícolas,  
para criação e plantio de ca-  
fé, Santa Veridiana e São  
Martinho, respectivamente  
situadas em Santa Cruz das  
Palmeiras e Pradópolis. Foi  
o organizador da União Con-  
servadora (1881) em São  
Paulo e presidente do Parti-  
do Conservador em São Pau-  
lo, a partir de 1882.

Antonio Prado era um homem atraente, alto, forte, de maneiras distintas, polido no trato social. Disse ser um desapegado dos "européus da realza", de onde a recusa ao título de visconde de São Paulo. Avançado para o seu meio e para o seu tempo, foi um administrador de visão, que previa e realizava. Pioneiro típico, o neobandeirante dos séculos XIX e XX.

Casou-se com Maria Catarina da Costa Pinto e Silva, filha do conselheiro Antônio da Costa Pinto e Silva e de Maria Nazaré de Sousa Queirós. Teve oito filhos: Paulo, Maria Nazaré, Marina, Antonista, Antônio Júnior, Herminia, Luís e Silvio. Paulo Prado, relacionado com Capistrano de Abreu, foi o escritor e ensaísta autor de "Retrato do Brasil", onde discorreu sobre a tristeza do brasileiro, e de "Paulista", uma história de São Paulo. E foi Paulo quem custeou a edição dos manuscritos existentes na Torre do Tombo, em Lisboa, sobre o Santo Ofício da Inquisição no Brasil. Antônio Prado Júnior foi o prefeito que modernizou o Rio de Janeiro, então capital da República. Antonista casou-se com o primeiro Afonso Arinos de Melo Franco, membro da Academia Brasileira de Letras e autor de "Pelo Serviço".

Atualmente olvida-se ou apouca-se o saliente papel desempenhado por Antônio Prado nas lides abolicionistas. Não se menciona a sua participação nas lutas em prol da abolição da escravatura e substituição da mão-de-obra escrava pela livre, com a promoção da imigração para o país. Ele, os pais e os irmãos, libertaram os negros que possuíam muito antes de 13 de maio de 1888. Homem prático, não encarou o problema da abolição pelo ponto de vista humanitário, ou pelo do direito de propriedade, mas como uma questão de organização racional do trabalho, "verbi gratia", a substituição do negro escravo pelo assalariado livre, bem mais eficiente e produtivo (E.C. in "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, n.º de 27.2.1940). Daí a necessidade do fomento da imigração, que sempre promoveu, para a organização do trabalho livre.

Como ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, assinou a lei de 28.9.1885, que regulava a extinção gradual do elemen-



# O monge faz o traje e o hábito?

Levy Sodré

**A**ssim é se assim parece... Na fervilhante vida do dia-a-dia em sociedade, vivemos hoje, mais do que nunca, o impacto visual, o "flash" do momento, a rapidez violenta da notoriedade da televisão, o "clic" e a "claque" dos que viram e comentaram. O momento é fugido e inconstante...

Você é como sempre foi, a auto-affirmação e sua personalidade, o que você representa no seu círculo social, a sua importância etc. e até o que pensa ser e às vezes você é aquilo que você parece ser, dai a importância do traje, que não é discriminatório mas explicativo...

O hábito não faz o monge? ou será que o monge cria o hábito e a Ordem que se dane... Hoje cada um se veste como quer, ou melhor, como pode...

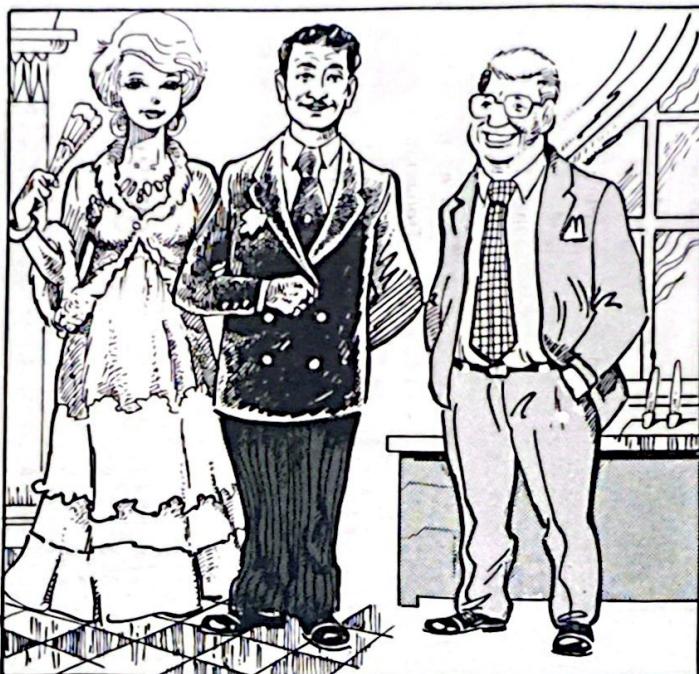
Tirando para alguns poucos e cada vez mais poucos excêntricos, o traje foi feito para compor melhor a convivência social. Desde a simplicidade do uso do traje esportivo ao requinte das grandes "toilets" do baile de gala, tudo tem a sua hora e a sua vez e, como não poderia deixar de ser, a sua etiqueta - nos dois sentidos - o seu cerimonial e a sua "griffe".

A principal das regras é que o homem deve estar vestido de acordo com a hora, o local, e a finalidade da festa para a qual foi convidado, assim como sua mu-

lher. Nada mais ridículo do que, agora um pouco mais comum entre os novos ricos ascendentes, uma festa à noite em que o marido está vestido à esportiva, e sua mulher coberta de jóias e adereços, numa estranha mistura de mau gosto e exibicionismo: bijoux e balançados.

Vamos ao mais usual. O convite solicita para as 19:30 horas, peça como traje o passeio escuro... A mulher deve estar com vestido adequado para a companhia, com um enorme cambalhota de escolha de moda e do modismo, mas de acordo com o traje de seu acompanhante. É bom que se diga, no entanto, que os anfitriões devem estar sobriamente vestidos, deixando a anfitriona com sua elegante simplicidade; que todos os destaques fiquem para suas convidadas. Se houver um casal homenageado deverá estar um pouco mais bem trajado e sua mulher já deverá usar um pouco mais de elegância e jóias, em atenção aos seus homenageantes, e em agradecimento ao prestígio que lhes dão.

Para as recepções mais comuns os trajes são os de passeio completo para os homens, os de passeio escuro, que já indicam, mesmo em matéria de roupa civil, uma maior solenidade, que deverão ser acompanhados pelos militares com seus uniformes correspondentes ou os trajes esportes, que liberam qualquer formalidade. Aqui



vão, no nosso entender, duas escolhas: primeiro, o simpático casual, comum em recepções simples dos americanos, inscrito em seu convite, que autoriza a descontração no vestir, seria o nosso "venha como quiser" e a segunda, que acho muito antipática, além de errada, chegando às raias do ridículo: a inscrição "traje social", como se todos os outros assim não fossem, pois que só a nudez é anti-social e que me perdoe o falecido Nelson Rodrigues: não é mais toda nudez que será castigada, só a

que ofender a estética. Solene implicância temos pela indicação em convite "esporte fino". Presume-se que toda e qualquer pessoa, em seu juízo normal, convidada, procurará ir vestida da melhor maneira possível, então não há o porquê do qualificativo "fino". Para o homem, tudo bem, um "blazer", um paletó esporte, uma discretíssima camisa com ou sem gravata. E a sua companhia? Fica numa cruel dúvida de vestir um "tailleur", uma calça comprida, um "deux-piece", um

meio longo etc e tal, pairando a dúvida num "intermezzo" que vai até as "bijouteries", aos adereços e que tais... O "smoking", o bom rigor, sempre compõe bem para a recepção ou o grande jantar, seja oficial, seja particular, acompanhado do "tenue soirée", com a figura dos trajes longos ou semilongos, as melhores jóias, dando grandeza e dimensão nobilitante ao evento.

Com seu "smoking"

o homem usará, apenas, junto ao lenço de bolso em sua marcada lapela o "buttonier" ou

a roseta da condecoração mais importante que tenha. Em festa de determinado país é de bom tom que se use a roseta desse país, caso tenha essa condecoração. É uma deferência.

Portar um cravo, de preferência branco, também é cabível. Distintivos só os que representam algo de muito excepcional, rosas e camélias denotam uma certa frescura...

Mas, a mais significativa das festas é a "gala", a grande recepção com as casacas e as condecorações para os civis e os primeiros uniformes com medalhas de mérito e condecorações para os militares; para as mulheres, os longos vestidos e as jóias, como as de família, incluídas as tiaras e gargantilhas, coisa habitual no mundo mais civilizado.

Dizer que isso é passadismo, não acreditamos, pois não só continuam no mundo diplomático, na velha Europa e nas "receptions" oficiais, até no Novo Mundo e no Leste Socialista (vide Raisa Gorbachev, a velha China e o Japão), como também é bem sabido que o requinte sempre acompanhou, na roda da História, os momentos de ascensão da civilização e, ao que parece, é hoje, ou assim pretende ser, o que ardorosamente desejamos...

Levy Sodré é advogado, jornalista e relações públicas. Foi chefe de cerimonial em São Paulo, e atualmente é consultor da presidência da Fundação Cásper Líbero e assessor do Gabinete da Secretaria da Saúde.

adquirida pelo trabalho feito com devoção.

\* Irany Novah Moraes é autor de Propedéutica Vascular, já na segunda edição, e Encyclopédia de Cirurgia Vascular.

\* Irany Novah Moraes

O diagnóstico clínico é feito pelo médico, considerando todas as manifestações da doença, levando em conta as alterações fisiológicas decorrentes da localização anatômica da lesão e por ilação do processo patológico e sua etiologia.

Os médicos antigos que se sobressaíam na profissão eram considerados virtuosos por acertarem o diagnóstico mais vezes que os de-

## Olho clínico

mais e, por esse fato, tinham a reputação de terem o chamado "olho clínico". Eles eram, sim, mais hábeis, pois, apesar dos parcos conhecimentos científicos da época, desenvolviam a capacidade de examinar. Sabiam dar atenção ao doente, viam e enxergavam, escutavam e ouviam, palpavam e sentiam, mas, acima de tudo, exerciam a profissão com dedicação. Nem sempre curavam os doentes, mas sempre cuidavam deles. Aliás, essa abnegação levou a se admi-

tir a medicina como sacerdócio, conduzindo ao equívoco de que o médico não devesse cobrar honorários. Quem assim ainda pensa esquece que o sacerdote também precisa viver e que a característica de sua profissão não é a gratuidade dos serviços, mas sim a devoção com que a exerce.

Aqui está o fulcro da questão. Aqueles a quem se atribuía o privilégio de ter "olho clínico" eram os que trabalhavam com devoção. Tal procedimento, além de refinar suas percep-

ções, desenvolvia o complexo mecanismo intelectual de elaborar o diagnóstico clínico, e pelo fato de exercitá-lo constantemente, tornava-o cada vez mais rápido. A dedicação era a mola propulsora de um círculo vicioso, crescente e positivo, onde o cuidar melhor dava a oportunidade de examinar mais o doente, a maior observação levava mais vezes ao diagnóstico correto, o acerto propiciava melhores cuidados, e, assim, detinham a fama de bons médicos.

### DEPARTAMENTO CULTURAL

Carlos Alberto Salvatore - presidente

Anneliese R. F. Thon  
Carlos Kleber Canova

Tertúlia

Cássio Ravaglia - Divulgação  
Guido Arturo Palomba - Biblioteca e Suplemento Cultural  
Heber Maia de Mattos - Música

Nelson Pedral Sampaio  
Wanda Gonda

Pinacoteca